



**ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 13.017.462/0001-63  
Rua Ministro Apolônio Sales, 81 - Bairro Inácio Barbosa  
Aracaju - SE - CEP 49040-230  
[www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E  
EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA A SEREM REALIZADAS  
EM 25 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS**

**1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONSTANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DIVULGADAS EM 20 DE MARÇO DE 2014, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2013 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS.**

**1. Informar o lucro líquido do exercício:**

- R\$ 45.561.014,43 em 2013.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- Dividendos de R\$ 32.029.549,18, perfazendo R\$ 163,82646924 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados: i) em 23 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 8.000.000,00 (R\$ 40,91883236 por ação ordinária); ii) em 30 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 12.975.822,33 (R\$ 66,36943736 por ação ordinária); e iii) o valor de R\$ 11.053.726,85 (R\$ 56,53819952 por ação ordinária) em data a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**

- 70,3%.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

- Não houve.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:** dividendos: ações ordinárias R\$ 32.029.549,18; tendo sido antecipados e quitados: i) em 23 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 8.000.000,00 (R\$ 40,91883236 por ação ordinária); ii) em 30 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 12.975.822,33 (R\$ 66,36943736 por ação ordinária); e iii) o valor de R\$ 11.053.726,85 (R\$ 56,53819952 por ação ordinária) em data a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas.
- b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:** Dividendos de R\$ 32.029.549,18, perfazendo R\$ 163,82646924 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados: i) em 23 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 8.000.000,00 (R\$ 40,91883236 por ação ordinária); ii) em 30 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 12.975.822,33 (R\$ 66,36943736 por ação ordinária); e iii) o valor de R\$ 11.053.726,85 (R\$ 56,53819952 por ação ordinária) em data a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas, com base em balanço levantado pela Companhia a conta de lucros apurados no exercício de 2013.
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio - Não aplicável.**
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Parte dos dividendos foi antecipada em dezembro de 2013. Os dividendos complementares (R\$ 11.053.726,85, ou seja, R\$ 56,53819952 por ação ordinária) serão pagos em data a ser definida na Assembleia Geral de Acionistas.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados - R\$ 32.029.549,18 de dividendos.**
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos - foram antecipados:** i) em 23 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 8.000.000,00 (R\$ 40,91883236 por ação ordinária); ii) em 30 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 12.975.822,33 (R\$ 66,36943736 por ação ordinária); e iii) o valor de R\$ 11.053.726,85 (R\$ 56,53819952 por ação ordinária) será pago em data a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas, com base em balanço levantado pela Companhia a conta de lucros apurados no exercício de 2013.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido (prejuízo) do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Lucro líquido por ação (R\$)	Lucro líquido por ação ordinária (R\$)	Lucro líquido por ação preferencial (R\$)
2013	45.561.014,43	233,04	233,04	-
2012	69.050.646,74	353,19	353,19	353,19
2011	53.184.030,91	272,03	272,03	272,03
2010	33.826.402,44	173,02	173,02	173,02

**b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio):**

Exercício	Dividendo total (R\$)	Por Ação ordinária (R\$)	Por Ação preferencial (R\$)
2013	32.029.549,18	163,82646924	-
2012	49.206.325,59	251,6831	251,6831
2011	40.448.222,07	206,8867524	206,8867524
2010	28.871.552,02	147,6738	147,6738

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal:**

R\$ 2.278.050,72

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:**

Lucro líquido do exercício - R\$ 45.561.014,43

Percentual da Reserva legal - 5%

Reserva legal = R\$ 45.561.014,43 x 5% = R\$ 2.278.050,72

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos - não aplicável.**

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

“Art.32 A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.”

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor mínimo obrigatório (25%).

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não há.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia - não aplicável.**

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências - não aplicável.**

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar - não aplicável.**

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias - não aplicável.**

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção - Reserva de Lucro:**

Não houver retenção de lucros

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Não aplicável

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais - R\$ 11.373.414,53**

**2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE ART. 10 DA IN CVM 481/09 - PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 25 DE ABRIL DE 2014**

Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

**12.6.** Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:

Nome	Idade	Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Posse	Indicado pelo Controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
Ivan Muller Botelho 002.991.386-15 N/A	80 Engenheiro Eletricista	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Antônio José de Almeida Carneiro 028.600.667-72 N/A	71 Empresário	Conselho de Administração Membro efetivo do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Não
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho 832.328.697-34 N/A	67 Economista	Conselho de Administração Membro efetivo do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Marcílio Marques Moreira 006.953.867-00 N/A	82 Bacharel em Direito	Conselho de Administração Membro efetivo do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Ricardo Perez Botelho 738.738.027-91 N/A	54 Engenheiro Eletrônico	Conselho de Administração Vice Presidente do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Sergio Alves de Souza 419.261.965-20 N/A	45 Eletrotécnico	Conselho de Administração Membro efetivo do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Maurício Perez Botelho 738.738.107-00 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	53 Engenheiro Mecânico	Conselho de Administração Membro Suplente do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Pedro Boardman Carneiro 115.816.367-33 N/A	27 Engenheiro de Produção	Conselho de Administração Membro Suplente do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Não

**12.7.** Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Companhia não possui Comitês

**12.8. Currículo dos administradores**

**Ivan Muller Botelho**

Vice Presidente da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas; Vice Presidente da ABCE - Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica; Membro do Conselho Consultivo da FIEMG - Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais; Membro do Conselho Empresarial de Política Industrial da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM n.º RJ 2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: multa no valor de R\$ 400.000,00 por violação ao disposto na alínea "c" do §1º do art. 117 da Lei n.º 6.404/76 e ao disposto no art. 154 da referida lei. A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº

10726/11, de 30.08.11. Todavia, a penalidade encontra-se suspensa por decisão pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0011774-04.2013.4.02.5101, datada de 29/04/2013.

#### **Antonio José de Almeida Carneiro**

Diretor das empresas Multiplic Empreendimentos e Comércio Ltda, Sobrapar Sociedade Brasileira de Organização e Participações Ltda., Agropecuária Ponte Nova Ltda., Multiplic Ltda. e 196 Participações Ltda..

#### **Omar Carneiro da Cunha Sobrinho**

Ex-Presidente da Shell do Brasil S/A e da Billiton Metais S/A; Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Ex-Presidente da AT&T Brasil Ltda. e Membro de Administração de Brazilian Fast Food Corporation.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. A penalidade encontra-se sob questionamento judicial perante a 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0012814-21.2013.4.02.5101.

#### **Marcilio Marques Moreira**

Ex-Membro do Conselho de Administração do BNDES, Ex-Vice-Presidente e Membro do Conselho de Administração do Grupo Unibanco; Ex-Embaixador do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América; Ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento; Ex-Assessor Especial da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro; Consultor Internacional Senior da Merrill Lynch & Co.; Membro dos Conselhos Consultivos da American Bank Note-Brasil, Marsh & McLennan Companies e da Embratel.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. A penalidade encontra-se sob questionamento judicial perante a 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0012814-21.2013.4.02.5101.

#### **Ricardo Perez Botelho**

Ex-Engenheiro Eletrônico da CFLCL; Ex-Engenheiro Eletrônico da GTE Laboratories e da GTE Communications Products - Tempe, em Arizona (EUA); Ex-Chefe de Equipe de Desenvolvimento da Micron Technology - Signal Processing Group, em Arizona (EUA); Ex-Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova América S/A; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Sergipe, Energisa Paraíba, Energisa Borborema e Energisa S.A.. Presidente do Conselho de Administração da Cat-Leo Cise (atual Energisa Soluções) e da Usina Termelétrica de Juiz de Fora.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. A penalidade encontra-se sob questionamento judicial

perante a 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0012814-21.2013.4.02.5101.

### **Sergio Alves de Souza**

Membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e representante dos Trabalhadores no Conselho de Consumidores da Energisa Sergipe; Membro da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Estado de Sergipe; Membro do Grupo Energia Sindical; Diretor do MVJ - Movimento Jovem de São Cristóvão; Eletricista, Gerente e Supervisor em diversas áreas operacionais da Energisa Sergipe.

### **Maurício Perez Botelho**

Ex-Analista de Projetos da Dow Corning Corporation (Midland - USA); Ex-Assistente Financeiro do Vice-Presidente da American Express Bank (New York).

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM as seguinte penalidade: Pena de multa no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por descumprimento ao disposto no art. 3º da Instrução CVM nº 358, de 28 de dezembro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”). A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. Todavia, a penalidade encontra-se suspensa por decisão pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0011774-04.2013.4.02.5101, datada de 29/04/2013.

### **Pedro Boardman Carneiro**

Graduado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, em 2010. Experiência Profissional: Sócio e Operador de Mercado Financeiro da Dinâmica Investimentos e Empreendimentos; Ex-estagiário do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.; Ex-estagiário da Corretora Liquidez.

(\*) Com exceção dos Srs. Ivan Muller Botelho, Ricardo Perez Botelho, Maurício Perez Botelho, Marcílio Marques Moreira e Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, conforme acima informado, nenhum dos demais candidatos indicados jamais incorreu em (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

## **12.9 Relações conjugais ou parentesco**

O candidato Ivan Müller Botelho (Presidente do Conselho de Administração) é pai do Sr. Ricardo Perez Botelho, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do emissor.

O candidato Ivan Müller Botelho é pai do Sr. Maurício Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do emissor. O Sr. Maurício Perez Botelho também é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Ricardo Perez Botelho (Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia) é filho do Sr. Ivan Müller Botelho e irmão do Sr. Maurício Perez Botelho (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores).

Os Srs. Ricardo Perez Botelho e Maurício Perez Botelho também ocupam cargos na administração de sociedades controladas e controladoras do emissor.

O candidato Antônio José de Almeida Carneiro é pai do candidato a membro suplente do Conselho de Administração, Sr. Pedro Boardman Carneiro. O Sr. Pedro Boardman Carneiro também ocupa o cargo de membro suplente do Conselho de Administração das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Pedro Boardman Carneiro é filho do Conselheiro de Administração titular Antônio José de Almeida Carneiro.

O candidato Pedro Boardman Carneiro é filho do Conselheiro de Administração Antônio José de Almeida Carneiro, que também é Conselheiro de Administração das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

#### **12.10. Relações de subordinação**

Preenchimento facultativo. Emissor registrado na categoria "B"



**3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2013, A SER APROVADA PELOS AACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER CONVOCADA PARA O DIA 25 DE ABRIL DE 2013, ÀS 9 HORAS.**

**13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Nos últimos 3 exercícios não houve o pagamento simultâneo de Bônus e PLR, por este motivo toda a Remuneração Variável informada está como PLR ou como Bônus.

**2011**

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	8	6	N/A	14
<b>c. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>613.374,66</b>	<b>1.819.629,27</b>		<b>2.433.003,93</b>
. Salário ou pró-labore	499.781,36	1.313.053,95		1.812.835,31
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	132.705,75		132.705,75
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	113.593,30	373.869,57		487.462,87
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>305.017,41</b>	<b>852.218,21</b>		<b>1.157.235,62</b>
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	291.068,35	702.406,42		993.474,77
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	<b>13.949,06</b>	<b>149.811,79</b>		<b>163.760,85</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>		<b>0,00</b>
<b>d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>918.392,07</b>	<b>2.671.847,48</b>		<b>3.590.239,55</b>

Notas:

- (1) O Conselho de Administração é formado por 8 membros sendo que um deles não recebe honorários por ser diretor e 1 é suplente só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo  
(2) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/Nº 03/2012.

**2012**

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	8	6	N/A	14
<b>c. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>695.044,33</b>	<b>1.707.788,70</b>		<b>2.402.833,03</b>
. Salário ou pró-labore	560.104,69	1.240.915,78		1.801.020,47
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	160.668,20		160.668,20
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	134.939,64	306.204,72		441.144,36
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>297.547,98</b>	<b>785.280,16</b>		<b>1.082.828,14</b>
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	281.894,18	683.446,11		965.340,29
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	<b>15.653,80</b>	<b>101.834,05</b>		<b>117.487,85</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>		<b>0,00</b>
<b>d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>992.592,31</b>	<b>2.493.068,86</b>		<b>3.485.661,17</b>

Notas:

- (1) O Conselho de Administração é formado por 8 membros sendo que um deles não recebe honorários por ser diretor e 1 é suplente só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo  
(2) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/Nº 03/2012.

2013

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	8	6	N/A	14
<b>c. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>695.860,34</b>	<b>1.871.065,50</b>		<b>2.566.925,84</b>
. Salário ou pró-labore	556.599,70	1.384.553,82		1.941.153,52
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	149.515,92		149.515,92
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	139.260,64	336.995,76		476.256,40
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>454.935,34</b>	<b>1.252.697,33</b>		<b>1.707.632,67</b>
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	437.554,15	1.129.830,00		1.567.384,15
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	<b>17.381,19</b>	<b>122.867,33</b>		<b>140.248,52</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>		<b>0,00</b>
<b>d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>1.150.795,68</b>	<b>3.123.762,83</b>		<b>4.274.558,51</b>

Notas:

- (1): O Conselho de Administração é formado por 8 membros sendo que um deles não recebe honorários por ser diretor e 1 é suplente só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo  
 (2) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/INº 03/2012.

Ano: 2014 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	8	6	N/A	14
<b>c. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>891.340,07</b>	<b>2.586.361,41</b>		<b>3.477.701,48</b>
. Salário ou pró-labore	733.881,70	1.950.811,88		2.684.693,58
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	256.245,36		256.245,36
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	157.458,37	379.304,17		536.762,53
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>449.178,75</b>	<b>1.207.415,32</b>		<b>1.656.594,07</b>
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	430.824,64	1.043.587,89		1.474.412,53
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	<b>18.354,11</b>	<b>163.827,43</b>		<b>182.181,54</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>		<b>0,00</b>
<b>d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>1.340.518,81</b>	<b>3.793.776,74</b>		<b>5.134.295,55</b>

Notas:

- (1): O Conselho de Administração é formado por 8 membros sendo que um deles não recebe honorários por ser diretor e 1 é suplente só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo  
 (2) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/INº 03/2012.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

<b>Órgão</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Conselho de Administração	36%	37%	44%
Diretoria Estatutária	13%	16%	16%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO ARTIGO 14 E NO ANEXO 14, AMBOS DA IN CVM 481 /09 - PARA AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA MEDIANTE A CAPITALIZAÇÃO DO SALDO DA RESERVA DE CAPITAL “INCENTIVO FISCAL - REDUÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA”, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER CONVOCADA PARA O DIA 25 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.**

**1. Informar valor do aumento e do novo capital social**

Valor do aumento: R\$ 11.373.414,53  
Novo capital social: R\$ 357.136.336,58

**2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações**

Mediante a capitalização do saldo da reserva de capital “incentivo fiscal - redução de imposto de renda”.

**3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas conseqüências jurídicas e econômicas**

Razões: Atendimento às obrigações exigidas pelo incentivo fiscal recebido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Consequência jurídica: Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para adequação ao valor do novo capital social.

Consequências econômicas: Nenhuma.

**4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável**

Não aplicável

**5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações**

Não aplicável

**6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas**

**a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas.**

As ações da Companhia não têm Valor Nominal

**b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal.**

A capitalização será efetuada sem modificação do número de ações.

**c. Em caso de distribuição de novas ações**

Não aplicável

**7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição**

Não aplicável

Em decorrência o Estatuto social da Companhia passará a ter a seguinte redação consolidada:

**ESTATUTO SOCIAL DA  
ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

**CAPÍTULO I  
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO**

**Art. 1.º** ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes e tem sua sede e foro na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe.

**Parágrafo único.** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências de representação, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Art. 2.º** Os fins da Companhia são:

I - atuar no setor de energia de qualquer tipo, seja gerando, transmitindo, distribuindo, comercializando, ou, ainda, operando ou gerenciando para terceiros usinas produtoras, linhas de transmissão e redes de distribuição e quaisquer empreendimentos energéticos;

II - realizar estudos, empreender projetos ou construções relativamente a usinas, linhas ou redes ou empreendimentos energéticos;

III - fabricar e comercializar peças, produtos e materiais de sua atividade social e de setores de grande utilização de energia;

IV - intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior, bem como prestar serviços, consultoria e assessoria administrativa, financeira, de negócios e de mercado, inclusive para importação e exportação de bens e serviços, seja a terceiros, seja às empresas em que participar, direta ou indiretamente, fornecendo-lhes apoio técnico e tático.

**§ 1º** A companhia poderá participar do capital de outras empresas, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.

**§ 2º** A sociedade poderá ampliar suas atividades a todo e qualquer ramo que, direta ou indiretamente, tenha relação com seus objetivos sociais.

**Art. 3.º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 4º O capital social é de R\$ 357.136.336,58 (trezentos e cinquenta e sete milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), dividido em 195.509 (cento e noventa e cinco mil, quinhentas e nove) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

§ 1º As ações ordinárias serão nominativas.

§ 2º A Companhia poderá emitir ações preferenciais nominativas, com as seguintes características:

I - sem direito a voto;

II - prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;

§ 3º As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A, com a redação dada pela Lei n.º 10.303, de 31.10.2001, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

§ 4º As ações preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

§ 5º A transferência de propriedade das ações nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia.

§ 6º O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

**Art. 5.º** Observado que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, a Companhia fica desde já autorizada:

I - a aumentar o número das ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais de qualquer classe então existente;

II - a aumentar o número das ações preferenciais de qualquer classe sem guardar proporção com as demais classes então existentes ou com as ações ordinárias;

III - a criar classes de ações preferenciais mais favorecidas ou não que as já existentes ou que vierem a existir.

**Art. 6.º** Independentemente de modificação estatutária e observado o disposto no artigo anterior, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por subscrição, até o limite de 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) ações.

**Art. 7.º** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberação sobre a emissão de ações, estabelecendo:

I - se o aumento será mediante subscrição pública ou particular;

II - as condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o prazo e as prestações de integralização;

III - as características das ações a serem emitidas (quantidade, espécie, classe, forma, vantagens, restrições e direitos);

IV - o preço de emissão das ações.

**Art. 8.º** Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

**Art. 9.º** Quando houver direito de preferência dos antigos acionistas, o prazo para seu exercício, se não se estipular outro maior, será de 30 (trinta) dias contados de um dos dois seguintes eventos que antes ocorrer:

I - primeira publicação da ata ou do extrato da ata que contiver a deliberação de aumento de capital; ou

II - primeira publicação de específico aviso aos acionistas, quando este for feito pela administração.

**Art. 10.** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações de qualquer espécie, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, desde que a respectiva colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou, ainda, mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Fica também excluído o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

**Art. 11.** Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá passar a manter suas ações nominativas sob a forma escritural, em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira que designar, sem emissão de certificados.

**Art. 12.** O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas ficará de pleno direito constituído em mora, independente de notificação ou de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (hum por cento) ao mês, da correção monetária e da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor daquelas prestações ou entradas.

### **CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ACIONISTAS**

**Art. 13.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**§ 1.º** A mesa da Assembleia Geral será composta de um presidente e um secretário, sendo aquele escolhido por aclamação ou eleição e este nomeado pelo presidente da Assembleia Geral, a quem compete dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões.

**§ 2.º** Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias Gerais, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 horas antes da reunião.

**§ 3.º** Quinze dias antes da data das Assembleias Gerais, ficarão suspensos os serviços de transferências, conversão, agrupamento e desdobramento de certificados.

### **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 14.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

**Art. 15.** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

## **SEÇÃO I CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 16.** O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros titulares e até 6 (seis) suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Findos, normalmente, os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

**§ 1.º** Cada suplente só poderá substituir os respectivos conselheiros titulares, admitindo-se a designação de um ou mais suplentes para um ou para vários titulares, servindo um suplente na falta de outro, tudo conforme expressa deliberação da Assembleia Geral em que ocorrer sua eleição.

**§ 2.º** Os conselheiros elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração na primeira reunião do órgão, após sua posse.

**§ 3.º** O conselheiro titular, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo respectivo suplente.

**§ 4.º** No caso de vacância do cargo de conselheiro titular, o respectivo suplente o substituirá até a posse de um novo conselheiro titular eleito pela Assembleia Geral para o cargo vacante.

**§ 5.º** No caso de vacância do cargo de Conselheiro, inexistindo suplente para o preenchimento de tal vaga, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

**§ 6.º** Admitir-se-á a existência de até 5 (cinco) vagas nos cargos de suplentes

**Art. 17.** Além das atribuições que lhe são conferidas por lei e por este Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II - eleger e destituir os diretores da Companhia;

III - fixar as atribuições dos diretores, observadas as normas deste Estatuto e as fixadas pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria;

IV - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V - convocar as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias;

VI - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

VII - aprovar o orçamento anual da Companhia;

VIII - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores, observados, neste último caso os limites legais;

IX - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;



X - autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, em consórcios, "joint ventures", subsidiárias integrais, sociedades em conta de participação e em outras formas de associação e empreendimentos com terceiros, no país ou no exterior;

XI - autorizar a alienação das participações mencionadas na alínea imediatamente anterior, desde que exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria;

XII - definir, para a Diretoria, como serão exercidos os respectivos direitos que decorrem da posição de Companhia como sócia ou participante;

XIII - autorizar a prática de atos que tenham por objeto renunciar a direitos ou transigir, bem como a prestar fiança em processos fiscais, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XIV - autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e, neste último caso, deliberar sobre sua eventual alienação;

XV - autorizar a prática de atos que importem na constituição de ônus reais ou na alienação referentes a bens do seu ativo permanente, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVI - autorizar a prática de quaisquer atos que importem em obrigação para a Companhia ou na liberação de terceiros de obrigações para com a mesma, observadas as normas e/ou limites fixados pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVII - autorizar a realização de contratos com os administradores, acionistas controladores ou com sociedade em que os administradores ou acionistas controladores tenham interesse, exceto com as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

XVIII - deliberar sobre a outorga de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;

XIX - deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, observadas as formalidades legais;

XX - escolher e destituir os auditores independentes;

XXI - autorizar a assinatura de mútuo, nota ou outro instrumento de dívida, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXII - autorizar a prática de atos gratuitos, a concessão de fiança ou garantia a obrigação de terceiro ou a assunção de obrigação em benefício exclusivo de terceiros, por parte da Companhia, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais; e

XXIII - resolver sobre os casos omissos neste Estatuto.

**Art. 18.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

§ 1.º As convocações serão feitas por seu Presidente, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 2.º As reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

§ 3.º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes.

§ 4.º Os conselheiros poderão se fazer representar por um de seus pares, munidos de poderes expressos, inclusive para votar, bem como participar das reuniões por vídeo ou teleconferência, desde que presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração por carta, fac-símile ou correio eletrônico antes do término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente do Conselho de Administração ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome desse conselheiro.

**Art. 19.** Além de suas atribuições como conselheiro, são atribuições específicas do presidente do Conselho de Administração:

I - convocar as reuniões ordinárias (ou fixar as datas em que periodicamente estas ocorrerão) e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração;

II - instalar e presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho de Administração;

III - comunicar à Diretoria, aos acionistas e à Assembleia Geral, quando for o caso, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração;

IV - firmar as deliberações do Conselho de Administração que devam ser expressas em resoluções, para conhecimento ou cumprimento dos diretores e do próprio Conselho de Administração;

V - dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto.

**Art. 20.** Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante suas ausências ou impedimentos temporários. No caso de vaga, terá as atribuições do Presidente, até que outro seja eleito pela primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

## SEÇÃO II DIRETORIA

**Art. 21.** A Diretoria será composta de até 6 (seis) membros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Findos normalmente os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

§ 1.º Admitir-se-á a existência de até 4 (quatro) cargos vagos na Diretoria, podendo o Conselho de Administração determinar o exercício cumulativo, por um, das atribuições de outro diretor.

**§ 2.º** No caso de vaga na Diretoria além das permitidas no § 1.º, o Conselho de Administração, no período de 30 (trinta) dias a contar da vacância, elegerá um novo diretor para completar o mandato do substituído.

**§ 3.º** O Conselho de Administração estabelecerá a composição da Diretoria, bem como fixará as atribuições de cada um de seus membros, nomeando dentre eles um diretor-presidente ao qual competirá, privativamente, representar a Companhia, em juízo, ativa ou passivamente, recebendo citação inicial.

**§ 4.º** O Conselho de Administração também designará, entre os diretores, aquele incumbido das funções de diretor de relações com o mercado, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como cuidar do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com suas entidades reguladoras e fiscalizadoras.

**§ 5.º** Na ausência ou impedimento de qualquer dos diretores, suas atribuições serão exercidas pelo diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V CONSELHO CONSULTIVO**

**Art. 22.** A Companhia poderá ter um Conselho Consultivo composto de até 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e com mandato pelo prazo de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo único.** O Conselho de Administração, ao eleger os membros do Conselho Consultivo, fixará os seus honorários.

**Art. 23.** Os conselheiros elegerão o presidente do Conselho Consultivo.

**Art. 24.** Competirá ao conselho consultivo, sempre reservadamente:

I - aconselhar a administração na orientação superior dos negócios sociais;

II - pronunciar-se sobre assuntos ou negócios da Companhia que lhe forem submetidos a exame; e

III - transmitir ao Conselho de Administração informações e dados técnicos, econômicos, industriais ou comerciais concernentes aos objetivos sociais da Companhia e das sociedades em que esta participar, apresentando sugestões e recomendações.

**Art. 25.** O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado por seu presidente ou pelo Conselho de Administração, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com a antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões do Conselho Consultivo se instalarão com a presença da maioria de seus membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

## **CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL**

**Art. 26.** A Companhia terá um conselho fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, o qual só entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral que eleger os respectivos titulares, fixando-lhes a remuneração.

**Art. 27.** Os conselheiros fiscais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes.

§ 1.º Para que o Conselho Fiscal possa funcionar, será necessária a presença da maioria de seus membros.

§ 2.º Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu presidente na primeira sessão realizada após sua instalação.

#### **CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS**

**Art. 28.** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

**Art. 29.** As demonstrações financeiras e a destinação dos resultados obedecerão às prescrições legais e às deste Estatuto.

**Parágrafo único.** A Companhia levantará balanços semestrais, podendo fazê-lo também, a critério da administração, trimestralmente ou em períodos menores.

**Art. 30.** Satisfeitos os requisitos e limites legais, os administradores da Companhia terão direito a uma participação de até 10% (dez por cento) sobre os resultados do período, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O Conselho de Administração decidirá sobre a distribuição desta quota entre conselheiros e diretores.

**Art. 31.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193, da Lei nº 6.404/76.

**Art. 32.** A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

**Art. 33.** Poderão ser pagos ou creditados, pela Companhia, juros sobre o capital próprio, imputando-se o respectivo valor ao dos dividendos obrigatórios previstos no art. 32 supra, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e suas modificações havidas ou que venham a ocorrer.

#### **CAPÍTULO VIII DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO**

**Art. 34.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o liquidante.

## **5 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.**

### **10.1 - Comentários sobre:**

#### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2013 foi de 1,10. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esses índices foram de 0,67 e 1,48, respectivamente.

A Dívida Líquida consolidada em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 534,3 milhões e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram de R\$ 490,9 milhões e R\$ 396,7 milhões, respectivamente. A Energisa Sergipe encerrou o exercício de 2013 com um caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 70,0 milhões, contra R\$ 109,7 milhões em 2012 e R\$ 111,7 milhões em 2011.

A Companhia apresentou em 2013 um lucro líquido de R\$ 45,6 milhões, contra R\$ 69,2 milhões em 2012, uma redução de 34,1%. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o lucro líquido foi de R\$ 53,2 milhões.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, os EBITDAs Ajustados foram de R\$ 176,9 milhões (aumento de 7,1% sobre 2012); R\$ 165,1 milhões (redução de 1,6% sobre 2011) e R\$ 167,8 milhões (aumento de 19,7% sobre 2011), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 3,0 vezes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esses índices foram de 3,0 vezes e 2,4 vezes, respectivamente.

#### **b) Estrutura de capital**

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem.

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 essa relação era de 141%, 142% e 116%, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital tem se situado em níveis adequados.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 378,2 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 534,3 milhões. Já em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 344,6 milhões e de R\$ 490,9 milhões, respectivamente. E em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 340,9 milhões e de R\$ 396,7 milhões, respectivamente.

#### **i) hipóteses de resgate;**

#### **ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

#### **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os Diretores da Companhia destacam a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 70,0 milhões, contra R\$ 109,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 111,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. O montante em dezembro de 2013 é 74,4% das dívidas de curto prazo, que somam R\$ 94,1 milhões. Em 31 de

dezembro de 2012 a posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 109,7 milhões.

Em 2013 o Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais foi de R\$ 147,8 milhões, contra R\$ 178,5 milhões em 2012 e R\$ 148,2 milhões em 2011.

A Dívida Líquida ao final dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 eram de R\$ 534,3 milhões, R\$ 490,9 milhões e R\$ 396,7 milhões, respectivamente. A relação entre o endividamento líquido da Companhia e a geração de caixa foi de 3,0 vezes em 2013, contra 3,0 vezes em 2012 e 2,4 vezes em 2011.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não - circulantes utilizadas e e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores em R\$ mil):

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2013	2012	
<b>Em moeda nacional</b>						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	114	-	15.000	15.114	15.078	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	153	290	456	620	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	45	421	1.554	2.020	2.488	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	65	512	2.035	2.612	3.060	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	1	45	313	359	461	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	29	222	251	287	
Eletrobrás - Subtransmissão	117	3.141	820	4.078	5.836	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	1.489	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	303	2.229	6.267	8.799	11.033	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	535	3.262	3.670	7.467	9.490	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	780	2.649	15.568	18.997	21.692	
Banco ABC - repasse BNDES	567	5.239	27.385	33.191	-	
Banco Itaú BBA - FINAME	53	804	10.276	11.133	5.843	
Financiamento INERGUS Plano de Benefício Definido - BD - 1	-	-	-	-	30.169	(2)
Financiamento INERGUS Plano Saldado	-	-	-	-	26.809	(2)
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.593</b>	<b>18.484</b>	<b>83.400</b>	<b>104.477</b>	<b>134.355</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(153)	-	(624)	(777)	(790)	
<b>Em moeda estrangeira</b>						
NOTES UNITS	-	-	-	-	230.208	(1)
Bank of America Merrill Lynch	54	-	70.278	70.332	61.440	(3)
Banco Itau BBA	1.017	-	117.671	118.688	-	(3)
Banco Citibank	672	-	117.133	117.805	-	(3)
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>1.743</b>	<b>-</b>	<b>305.082</b>	<b>306.825</b>	<b>291.648</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(708)	
<b>Total</b>	<b>4.183</b>	<b>18.484</b>	<b>387.858</b>	<b>410.525</b>	<b>424.505</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$8.693 (R\$10.364 em 31 de dezembro de 2012), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

- (1) Em 19 de julho de 2013, foi efetivado a liquidação da emissão dos “bonds” de prazo de 7 anos em dólares norte-americanos, denominados “Notes Units”, no montante de R\$254.625.
- (2) A Companhia também liquidou antecipadamente, em 10 de julho e 19 de setembro de 2013 a totalidade do financiamento com o INERGUS - Instituto Energético de Seguridade Social, referente ao Plano de benefício Definido e Saldado nos montante de R\$26.492 e R\$30.203, respectivamente.
- (3) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29).

Em Reunião do Conselho de Administração de 08 de novembro de 2013, foi aprovada a contratação da Cédula de Crédito Bancário - Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES no montante de R\$22.687, a ser celebrado com o Banco Itaú BBA S.A, com vencimento em 15 de março de 2020 com taxa de juros de TJLP mais 2,90% a.a. e noventa dias de carência, destinados a implementação do programa de investimentos para a expansão, modernização e adequação do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+ 0,7%	8,82%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	17	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	26	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	34	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal	Recebíveis	51	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	53	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	9	RGR	5,0%	5,0%	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	21	pré-fixado	8,3%	8,3%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	16	TJLP	+ 4,0%	9,2%	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	pré-fixado	8,4%	8,4%	(2)
Banco ABC - Repasse BNDES	Mai - 2019	mensal	Aval Energisa S.A.	35	TJLP	+ De 2,2% a 4,10%	De 7,3% a 9,3%	
Banco Itaú BBA - FINAME	Ate fev-2021	mensal	Aval Energisa S/A	54	pré-fixado	De 2,5% a 5,5%	2,5% a 5,5%	
Bank of America Merrill Lynch	set-2015	final	Aval Energisa S/A	21	Libor	+ 2,45%	18,02%	(1)

Banco Itaú BBA	Abr-2018	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S/A	46	Dólar	+	3,4892	18,64%
Citibank	Abr-2018	final	Aval Energisa S/A	52	Libor	+	1,91%	17,40%

1 - Possui Swap.  
2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2013	2012
US\$ x R\$	14,64%	8,94%
TJLP	5,00%	5,50%
SELIC	8,22%	8,49%
CDI	8,06%	8,40%
IPCA	5,91%	5,84%
IGP-M	5,53%	7,81%

Em 31 de dezembro de 2013, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	2013
2015	86.710
2016	16.085
2017	72.658
2018	192.438
2019	11.539
Após 2019	8.428
<b>Total</b>	<b>387.858</b>

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2013	2012
<b>Saldos em 2012 e 01/01/2012</b>	<b>424.505</b>	<b>366.764</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	241.480	67.049
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	101.244	72.503
Pagamento de principal	(315.538)	(50.015)
Pagamento de juros	(41.166)	(31.796)
<b>Saldos em 2013 e 2012</b>	<b>410.525</b>	<b>424.505</b>
Circulante	22.667	253.924
Não circulante	387.858	170.581



Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes são como seguem:

Contratos	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	25	25	25	98	173
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	30	30	30	15	105
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	25	25	25	12	87
Banco ABC - repasse BNDES	17	17	17	43	94
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	56	150	318
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>153</b>	<b>153</b>	<b>318</b>	<b>777</b>

### Debêntures (não conversíveis em ações) em 31 de dezembro de 2013

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão	2ª Emissão (1)	3ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	08/11/2007	15/12/2009	30/10/2013	
Data de vencimento	08/11/2015	15/12/2014	30/10/2019	
Garantia	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,0% a.a	115% do CDI	
TIR (taxa efetiva de juros)	24,78% a.a.	9,14% a.a.	9,27%	
Quantidade de títulos	42.000	60.000	60	
Valor na data de emissão	73.248	60.000	60	
Títulos em circulação	42.000	60.000	60	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	24 meses	
Data de repactuação	-	15/12/2012	-	
Amortizações/parcelas	3 anuais	Final	5 anuais	
<b>Saldos em 2013 (2)</b>	<b>-</b>	<b>60.051</b>	<b>61.062</b>	<b>121.113</b>
Circulante	-	60.051	1.062	61.113
Não circulante	-	-	60.000	60.000
<b>Saldos em 2012 (2)</b>	<b>86.749</b>	<b>45.560</b>	<b>-</b>	<b>132.309</b>
Circulante	29.601	95	-	29.696
Não circulante	57.148	45.465	-	102.613

1) Deduzido de R\$195 (R\$705 em 2012) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2013 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	2013
2015	12.000
2016	12.000
2017	12.000
2018	12.000
2019	12.000
<b>Total</b>	<b>60.000</b>

O Conselho de Administração da Companhia deliberou em 17 de outubro de 2013 pela realização do resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da sua 1ª emissão. As 42.000 debêntures, que incorriam ao custo equivalente a variação cambial mais 8,85% ao ano, foram resgatadas pelo montante de R\$64.337 em 8 de novembro de 2013, já tendo sido amortizados nesta mesma data o montante de R\$36.095, conforme previsto na escritura de emissão.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou em 17 de outubro de 2013 pela realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante de R\$60.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. Foram emitidas 60 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000 na data de emissão (30 de outubro de 2013), com vencimento em 30 de outubro de 2019. Os recursos foram utilizados para resgatar antecipadamente a 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Do total de 60.000 Debêntures objeto da 2ª Emissão de Debêntures da Energisa Sergipe, 45.745 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 14.255 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de vendas pelos titulares das Debêntures pelo montante de R\$14.255.

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 2ª emissão	Energisa Sergipe	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2013	2012
<b>Saldos em 2012 e 01/01/2012</b>	<b>132.309</b>	<b>139.558</b>
Novas emissões de debêntures-3ª emissão	74.273	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	23.451	20.775
Recompra de debêntures 1ª e 2ª emissão	(96.084)	(14.255)
Pagamento de juros	(12.836)	(13.769)
<b>Saldos em 2013 e 2012</b>	<b>121.113</b>	<b>132.309</b>
Circulante	61.113	29.696
Não circulante	60.000	102.613

Posição em 31 de dezembro de 2012

O endividamento consolidado da Companhia era composto da seguinte forma em dezembro de 2012 (valores em R\$ mil)

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total			Ref.
		Circulante	Não Circulante	2012	2011	01/01/2011	
<b>Em moeda nacional</b>							
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	13.154	26.230	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	78	-	15.000	15.078	15.135	15.149	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	153	455	620	785	952	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	421	2.021	2.488	2.955	3.421	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	512	2.481	3.060	3.506	5.097	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	8	62	391	461	455	152	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	3	29	255	287	286	173	
Eletrobrás - Subtransmissão	89	3.141	2.606	5.836	6.123	4.934	
Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	190	471	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	1.489	-	1.489	16.478	-	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	-	-	-	4.758	11.307	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	24	2.229	8.780	11.033	13.537	16.314	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.701	3.651	4.138	9.490	11.280	13.077	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	140	2.648	18.904	21.692	23.642	21.112	
Banco HSBC - FINAME	-	-	-	-	-	35	
Banco Itaú BBA - FINAME	60	508	5.275	5.843	3.138	527	
Financiamento INERGUS Plano de Benefício Definido - BD - 1	-	3.095	27.074	30.169	23.430	24.107	(2)
Financiamento INERGUS Plano Saldado	-	4.196	22.613	26.809	23.518	25.344	(2)
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.228</b>	<b>22.134</b>	<b>109.993</b>	<b>134.355</b>	<b>162.370</b>	<b>168.402</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(62)	(717)	(790)	(791)	(881)	
<b>Em moeda estrangeira</b>							
NOTES UNITS	11.561	218.647	-	230.208	211.484	187.853	(1)
Bank of America Merrill Lynch	135	-	61.305	61.440	-	-	
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>11.696</b>	<b>218.647</b>	<b>61.305</b>	<b>291.648</b>	<b>211.484</b>	<b>187.853</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(708)	-	(708)	(6.299)	(6.624)	
<b>Total</b>	<b>13.913</b>	<b>240.011</b>	<b>170.581</b>	<b>424.505</b>	<b>366.764</b>	<b>348.750</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$10.364 (R\$16.269 em 2011 e R\$17.416 em 01/01/2011), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

- (1) O contrato relativo às NOTES UNITS, possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2012, as exigências contratuais foram cumpridas. Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.
- (2) Referem-se à contratos de assunção de dívida firmado com o Fundo de Pensão - Inergus para os planos de aposentadoria Plano de Benefício Definido - BD - 1 e Plano Saldado (vide nota explicativa nº 30).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa			
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	0,83%		
Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	23	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletróbrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	32	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletróbrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	40	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletróbrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal	Recebíveis	55	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletróbrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	59	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletróbrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	15	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletróbrás - Luz no Campo	jul-2013	mensal	Recebíveis	6	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletróbrás - Devolução LPT	jan 2013	mensal	-	1	Selic Acumulada				
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	28	pré-fixado	8,3%	8,48%	(2)	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	17	TJLP	+ 4,0%	4,2%	(2)	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	41	pré-fixado	8,4%	8,4%	(2)	
Banco Itaú BBA - FINAME	Ate fev-2021	mensal	Aval Energisa S/A	50	pré-fixado	De 4,5% a 5,5%	4,5% a 5,5%		
Financiamento INERGUS Plano de Benefício Definido - BD - 1	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	89	INPC/IPCA	+ 6,0%	6,0%		
Financiamento INERGUS - Plano Saldado	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	54	INPC/IPCA	+ 6,0%	6,0%		
NOTES UNITS	jul-2013	final	-	7	Dólar	+ 10,5%	10,94%	(1)	
Bank of America Merrill Lynch	set-2015	final	Aval Energisa S/A	33	Libor	+ 2,45%	2,45%	(1)	

1 - Possui Swap.

2 - Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

<u>Moeda/indicadores</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
US\$ x R\$	8,94%	12,58%	-4,30%
TJLP	5,0%	6,0%	6,0%
SELIC	8,49%	11,62%	9,77%
CDI	7,28%	11,60%	9,74%
IPCA	5,84%	6,50%	5,91%
IGP-M	7,81%	5,10%	11,32%

Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2012</u>
2014	14.894
2015	76.181
2016	13.970
2017	11.728
2018	14.538
Após 2018	39.270
<b>Total</b>	<b><u>170.581</u></b>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes são como seguem:

<u>Contratos</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2015 em diante</u>	<u>2012</u>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	11	-	-	179	190
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	35	29	29	44	137
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	27	24	24	38	113
NOTES UNITS	708	-	-	-	708
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	-	62	62	226	350
<b>Total</b>	<b>781</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>487</b>	<b>1.498</b>

## Debêntures (não conversíveis em ações) em 31 de dezembro de 2012

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão (1)	2ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	
Data de emissão	08/11/2007	15/12/2009	
Data de vencimento	08/11/2015	15/12/2014	
Garantia	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária	
Rendimentos	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,0% a.a	
TIR (taxa efetiva de juros)	Variação cambial + 8,90% a.a.	CDI + 1,06% a.a.	
Quantidade de títulos	42.000	60.000	
Valor na data de emissão	73.248	60.000	
Títulos em circulação	42.000	60.000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	
Data de repactuação	-	15/12/2012	
Amortizações/parcelas	3 anuais	Final	
<b>Saldos em 2012 (2)</b>	<b>86.749</b>	<b>45.560</b>	<b>132.309</b>
Circulante	29.601	95	29.696
Não circulante	57.148	45.465	102.613
<b>Saldos em 2011 (2)</b>	<b>79.548</b>	<b>60.010</b>	<b>139.558</b>
Circulante	1.160	319	1.479
Não circulante	78.388	59.691	138.079
<b>Saldos em 01/01/2011 (2)</b>	<b>70.600</b>	<b>59.973</b>	<b>130.573</b>
Circulante	1.145	313	1.358
Não circulante	69.555	59.660	129.215

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos

(2) Deduzido de R\$705 (R\$736 em 2011 e R\$827 em 01/01/2011) referentes a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2012 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	2012
2014	74.040
2015	28.573
<b>Total</b>	<b>102.613</b>

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes são como seguem:

	<u>1ª Emissão</u>	<u>2ª Emissão</u>	<u>2012</u>
2013	141	30	171
2014	128	279	407
2015	127	-	127
	<u>396</u>	<u>309</u>	<u>705</u>

Do total de 60.000 Debêntures objeto da 2ª Emissão de Debêntures da Energisa Sergipe, 45.745 debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 14.255 debêntures foram recompradas pela Companhia, em razão do direito de vendas pelos titulares das debêntures pelo montante de R\$14.255.

Clausulas de repactuação:

<u>Descrição</u>	<u>Empresa</u>	<u>Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Condições</u>
Debêntures 1ª emissão	Energisa Sergipe	A qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão	Não há	A Emissora poderá promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, a qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão.
Debêntures 2ª emissão	Energisa Sergipe	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas.

Posição em 31 de dezembro de 2011

O endividamento consolidado da Companhia era composto da seguinte forma em dezembro de 2011 e 2010 (valores em R\$ mil)

Operações	Encargos da dívida	Principal			
		Circulante	Não Circulante	2011	2010
<b>Em moeda nacional</b>					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	170	12.984	-	13.154	26.230
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	135	-	15.000	15.135	15.149
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	139	634	785	952
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	382	2.527	2.955	3.421
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	474	2.965	3.506	5.097
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	15	440	455	152
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	286	286	173
Eletrobrás - Subtransmissão	72	2.045	4.006	6.123	4.934
Eletrobrás - Luz no Campo	9	181	-	190	471
Eletrobrás - Devolução LPT	-	15.206	1.272	16.478	-
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	7	4.751	-	4.758	11.307
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	2.229	11.293	13.537	16.314
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.066	4.074	6.140	11.280	13.077
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	289	1.113	22.240	23.642	21.112
Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	35
Banco Itaú - repasse FINAME	28	130	2.980	3.138	527
Financiamento INERGUS PO	-	854	22.576	23.430	24.107
Financiamento INERGUS PSI	-	1.817	21.701	23.518	25.344
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1.916</b>	<b>46.394</b>	<b>114.060</b>	<b>162.370</b>	<b>168.402</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>					
NOTES UNITS	10.612	-	200.872	211.484	187.853
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>10.612</b>	<b>-</b>	<b>200.872</b>	<b>211.484</b>	<b>187.853</b>
(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(192)	(6.886)	(7.090)	(7.505)
<b>Total Energisa Sergipe</b>	<b>12.516</b>	<b>46.202</b>	<b>308.046</b>	<b>366.764</b>	<b>348.750</b>

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$16.269 (R\$17.416 em 2010), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) O contrato relativo às NOTES UNITS, possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2011, as exigências contratuais foram cumpridas. Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.



Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	30	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	39	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	46	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	68	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	71	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	23	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	4	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	Fev-2013	mensal	-	7	Selic Acumulada			
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	6	pré-fixado		7,9%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	pré-fixado		8,3%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	24	TJLP	+	4,0%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	51	pré-fixado		8,4%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		4,5%	
Financiamento Inergus - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	106	INPC/IP CA	+	6,0%	
Financiamento Inergus - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	60	INPC/IP CA	+	6,0%	
NOTES UNITS	jul-2013	final	-	18	Dólar	+	10,5%	(1)

1 - Possui Swap.

2 - Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2011	2010
US\$ x R\$	12,58%	-4,30%
TJLP	6,0%	6,0%
SELIC	11,62%	9,77%
CDI	11,60%	9,74%
IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%

Em 31 de dezembro de 2011, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2011</u>
2013	209.834
2014	13.821
2015	13.702
2016	12.739
2017	10.383
Após 2017	47.567
<b>Total</b>	<b><u>308.046</u></b>

#### Debêntures em 31 de dezembro de 2011

Principais características das debêntures (valores em R\$ mil):

	<u>1ª Emissão (1)</u>	<u>2ª Emissão</u>	<u>Total</u>
Tipo de emissão	Pública	Pública	
Data de emissão	08/11/2007	15/12/2009	
Data de vencimento	08/11/2015	15/12/2014	
Garantia	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária	
Rendimentos	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a	
Quantidade de títulos	42.000	60.000	
Valor na data de emissão	73.248	60.000	
Títulos em circulação	42.000	60.000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	
Amortizações/parcelas	3 anuais	Final	
Saldos em 2011 (2)	<u>79.548</u>	<u>60.010</u>	<u>138.558</u>
Circulante	1.160	319	1.479
Não circulante	78.388	59.691	138.079
Saldos em 2010 (2)	<u>70.600</u>	<u>59.973</u>	<u>130.573</u>
Circulante	1.045	313	1.358
Não circulante	69.555	59.660	129.215

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos

(2) Deduzido de R\$766 (R\$827 em 2010) referentes a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2011 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2011 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2011</u>
2013	26.129
2014	85.820
2015	26.130
<b>Total</b>	<b><u>138.079</u></b>

### g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos empréstimos do BNDES são liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada investimento. Em dezembro de 2013, existia o valor de R\$ 22,7 milhões contratado e não liberado pelo BNDES.

### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

#### Principais alterações nas contas de resultado

Os Diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado para os exercícios de 2013 e 2012, seguidos de sua análise sobre as principais variações ocorridas entre os períodos.

	2013	AV %	2012	AV %	AH %
	(Ajustado)				
Receita operacional líquida	727.972	100,0	757.963	100,0	(4,0)
Custo do serviço de energia elétrica	(491.863)	(67,6)	(510.772)	(67,4)	(3,7)
<b>Lucro bruto</b>	<b>236.109</b>	<b>32,4</b>	<b>247.191</b>	<b>32,6</b>	<b>(4,5)</b>
Despesas com vendas	(21.802)	(3,0)	(23.661)	(3,1)	(7,9)
Despesas gerais e administrativas	(97.441)	(13,4)	(97.245)	(12,8)	0,2
Outras receitas	7.129	1,0	4.984	0,7	43,0
Outras despesas	(5.086)	(0,7)	(20.771)	(2,7)	(75,5)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>118.909</b>	<b>16,3</b>	<b>110.498</b>	<b>14,6</b>	<b>7,6</b>
Receita financeira	41.623	5,7	36.098	4,8	15,3
Despesa financeira	(110.034)	(15,1)	(70.453)	(9,3)	56,2
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(68.411)</b>	<b>(9,4)</b>	<b>(34.355)</b>	<b>(4,5)</b>	<b>99,1</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>50.498</b>	<b>6,9</b>	<b>76.143</b>	<b>10,0</b>	<b>(33,7)</b>
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(14.016)	(1,9)	(16.934)	(2,2)	(17,2)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	9.079	1,2	9.962	1,3	(8,9)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>45.561</b>	<b>6,3</b>	<b>69.171</b>	<b>9,1</b>	<b>(34,1)</b>

#### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 728,0 milhões em 2013, contra R\$ 758,0 milhões em 2012, representando uma redução de 4,0% (R\$ 30,0 milhões). Este resultado decorre principalmente da redução das tarifas de energia elétrica imposta pelo Decreto nº 7.891, de 30 de janeiro de 2013. As tarifas de energia elétrica no país sofreram um decréscimo médio de 20% em face dos encargos setoriais e condições impostas na renovação das concessões de determinadas geradoras.

Posteriormente, em 22 de abril de 2013, foi concedido reajuste nas tarifas da Energisa Sergipe, com efeito médio de 4,08% percebido pelos consumidores.

### Receita de venda de energia elétrica e serviços

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	2013	2012	Varição em R\$ milhões
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)</b>	<b>822,7</b>	<b>870,2</b>	<b>- 47,5</b>
• Residencial	383,3	400,0	- 16,7
• Industrial	85,4	106,1	- 20,7
• Comercial	213,0	221,7	- 8,7
• Rural	29,3	22,8	+ 6,5
• Outras classes	111,7	119,6	- 7,9
(+) Suprimento de energia elétrica	35,9	50,2	- 14,3
(+) Disponibilização do sistema elétrico	41,3	55,0	- 13,7
(+) Receitas de construção	68,4	78,1	- 9,7
(+) Outras receitas	25,1	24,9	+ 0,2
<b>(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada</b>	<b>993,4</b>	<b>1.078,4</b>	<b>- 85,0</b>
(-) Impostos sobre receitas	(255,0)	(273,8)	+ 18,8
(-) Encargos setoriais	(10,4)	(46,6)	+ 36,2
<b>(=) Total - Receita operacional líquida consolidada</b>	<b>728,0</b>	<b>758,0</b>	<b>- 30,0</b>

### Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 491,9 milhões em 2013, contra R\$ 510,8 milhões em 2012, representando uma redução de 3,7% (R\$ 18,9 milhões). Este resultado se deve principalmente a redução de R\$ 32,8 milhões (64,8%) nos encargos de uso do sistema de transmissão e de distribuição.

### Resultado Bruto

O resultado bruto em 2013 apresentou redução de 4,5% (R\$ 11,1 milhões), para R\$ 236,1 milhões, em consequência do aumento de R\$ 23,1 milhões nos custos de energia comprada e da redução de R\$ 30,0 milhões das receitas operacionais líquidas no ano.

### Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas apresentaram redução de 7,9% (R\$ 1,9 milhão), para R\$ 21,8 milhões. Já as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 0,2% (R\$ 0,2 milhão), para R\$ 97,4 milhões.

### Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou aumento de 7,6% em 2013, atingindo R\$ 118,9 milhões, em razão das reduções das despesas acima mencionadas.

## Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2013 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 68,4 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 34,4 milhões em 2012, ou seja, 99,1% maior. Esse aumento deve-se, principalmente, da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial.

## Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos apresentou uma redução de 33,7% (R\$ 25,6 milhões) na comparação com o registrado em 2012.

## Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 45,6 milhões em 2013, frente aos R\$ 69,2 milhões registrados no ano anterior. Esse resultado representa uma redução de 34,1% e decorre dos fatores já mencionados acima, principalmente da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial.

## Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012

	2013	AV %	2012	AV %	AH %	1/1/2012	AV %	AH %
	(Ajustado)			(Ajustado)				
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalente de caixa	30.452	2,8	53.225	4,8	(42,8)	78.427	7,4	(32,1)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	31.649	2,9	47.019	4,2	(32,7)	29.552	2,8	59,1
Consumidores e concessionárias	91.266	8,3	117.517	10,6	(22,3)	108.115	10,2	8,7
Títulos de créditos a receber	7.635	0,7	7.739	0,7	(1,3)	10.014	0,9	(22,7)
Estoques	1.854	0,2	2.382	0,2	(22,2)	2.536	0,2	(6,1)
Impostos a recuperar	28.941	2,6	26.866	2,4	7,7	24.154	2,3	11,2
Despesas pagas antecipadamente	5.983	0,5	3.343	0,3	79,0	952	0,1	251,2
Baixa renda e outros créditos	29.128	2,6	25.333	2,3	15,0	37.115	3,5	(31,7)
<b>Total do circulante</b>	<b>226.908</b>	<b>20,6</b>	<b>283.424</b>	<b>25,5</b>	<b>(19,9)</b>	<b>290.865</b>	<b>27,5</b>	<b>(2,6)</b>
<b>Não circulante</b>								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	7.926	0,7	9.483	0,9	(16,4)	3.744	0,4	153,3
Consumidores e concessionárias	7.544	0,7	7.544	0,7	0,0	7.544	0,7	0,0
Títulos de créditos a receber	2.572	0,2	4.110	0,4	(37,4)	2.410	0,2	70,5
Impostos a recuperar	16.473	1,5	16.551	1,5	(0,5)	16.341	1,5	1,3
Créditos tributários	51.748	4,7	34.106	3,1	51,7	26.599	2,5	28,2
Depósitos e cauções vinculados	28.769	2,6	21.818	2,0	31,9	20.844	2,0	4,7
Instrumentos financeiros derivativos	17.791	1,6	15.394	1,4	15,6	6.359	0,6	142,1
Contas a receber da concessão	182.867	16,6	130.146	11,7	40,5	34.021	3,2	282,5
Outros créditos	777	0,1	837	0,1	(7,2)	868	0,1	(3,6)
	<b>316.467</b>	<b>28,8</b>	<b>239.989</b>	<b>21,6</b>	<b>31,9</b>	<b>118.730</b>	<b>11,2</b>	<b>102,1</b>
Investimento	366	0,0	4.026	0,4	(90,9)	217	0,0	1.755,3
Intangível	550.050	50,0	581.125	52,2	(5,3)	647.122	61,2	(10,2)
Imobilizado	6.178	0,6	5.062	0,5	22,0	-	0,0	
<b>Total do não circulante</b>	<b>873.061</b>	<b>79,4</b>	<b>830.202</b>	<b>74,5</b>	<b>5,2</b>	<b>766.069</b>	<b>72,5</b>	<b>8,4</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.099.969</b>	<b>100,0</b>	<b>1.113.626</b>	<b>100,0</b>	<b>(1,2)</b>	<b>1.056.934</b>	<b>100,0</b>	<b>5,4</b>

	2013	AV %	2012	AV %	AH %	1/1/2012	AV %	AH %
	(Ajustado)			(Ajustado)				
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	54.538	5,0	63.031	5,7	(13,5)	47.620	4,5	32,4
Encargos de dívidas	4.183	0,4	13.913	1,2	(69,9)	12.516	1,2	11,2
Empréstimos e financiamentos	18.484	1,7	240.011	21,6	(92,3)	46.202	4,4	419,5
Debêntures	61.113	5,6	29.696	2,7	105,8	1.479	0,1	1.907,8
Tributos e contribuições sociais	26.539	2,4	35.376	3,2	(25,0)	29.290	2,8	20,8
Parcelamento de impostos	1.875	0,2	1.770	0,2	5,9	2.078	0,2	(14,8)
Dividendos	8.000	0,7	-	0,0	-	8.655	0,8	(100,0)
Obrigações estimadas	4.762	0,4	4.393	0,4	8,4	4.018	0,4	9,3
Encargos do consumidor a recolher	136	0,0	4.991	0,4	(97,3)	2.941	0,3	69,7
Obrigações intrassetoriais	12.104	1,1	18.222	1,6	(33,6)	21.711	2,1	(16,1)
Benefícios a empregados - plano de pensão	8.485	0,8	-	0,0	-	-	0,0	-
Outras contas a pagar	8.668	0,8	11.601	1,0	(25,3)	20.180	1,9	(42,5)
<b>Total do circulante</b>	<b>208.887</b>	<b>19,0</b>	<b>423.004</b>	<b>38,0</b>	<b>(50,6)</b>	<b>196.690</b>	<b>18,6</b>	<b>115,1</b>
<b>Não circulante</b>								
Fornecedores	2.377	0,2	1.963	0,2	21,1	1.810	0,2	8,5
Empréstimos e financiamentos	387.858	35,3	170.581	15,3	127,4	308.046	29,1	(44,6)
Debêntures	60.000	5,5	102.613	9,2	(41,5)	138.079	13,1	(25,7)
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0	-	0,0	-	16.089	1,5	(100,0)
Tributos e contribuições sociais	11.454	1,0	8.227	0,7	39,2	7.163	0,7	14,9
Parcelamento de impostos	4.218	0,4	5.753	0,5	(26,7)	7.029	0,7	(18,2)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	18.846	1,7	20.547	1,8	(8,3)	20.229	1,9	1,6
Benefícios a empregados - plano de pensão	58.072	5,3	36.332	3,3	59,8	20.922	2,0	73,7
Outros	724	0,1	21	0,0	3.347,6	-	0,0	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>543.549</b>	<b>49,4</b>	<b>346.037</b>	<b>31,1</b>	<b>57,1</b>	<b>519.367</b>	<b>49,1</b>	<b>(33,4)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	345.762	31,4	329.370	29,6	5,0	319.239	30,2	3,2
Ações em tesouraria	-	0,0	(18)	(0,0)	(100,0)	(18)	(0,0)	0,0
Reservas de capital	3.330	0,3	3.348	0,3	(0,5)	3.348	0,3	0,0
Reservas de lucros	22.834	2,1	25.575	2,3	(10,7)	15.861	1,5	61,2
Lucros acumulados	-	0,0	120	0,0	(100,0)	-	0,0	-
Dividendos adicionais propostos	11.054	1,0	7.694	0,7	43,7	15.769	1,5	(51,2)
Outros resultados abrangentes	(35.447)	(3,2)	(21.504)	(1,9)	64,8	(13.322)	(1,3)	61,4
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>347.533</b>	<b>31,6</b>	<b>344.585</b>	<b>30,9</b>	<b>0,9</b>	<b>340.877</b>	<b>32,3</b>	<b>1,1</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.099.969</b>	<b>100,0</b>	<b>1.113.626</b>	<b>100,0</b>	<b>(1,2)</b>	<b>1.056.934</b>	<b>100,0</b>	<b>5,4</b>

## ATIVO

### Circulante

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 31,6 milhões, o que representa uma redução de 32,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre basicamente dos investimentos realizados pela Companhia no ano.

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 47,0 milhões, o que representa um aumento de 59,1% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente da reclassificação dos fundos de investimentos de equivalentes de caixa para aplicações financeiras avaliadas a valor justo no ativo circulante.

*Aplicações financeiras:* em 1 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 29,6 milhões, o que representa um aumento de 7,6% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 27,5 milhões.

*Despesas pagas antecipadamente:* em 31 de dezembro de 2013, as despesas pagas antecipadamente atingiram R\$ 6,0 milhões, o que representa um aumento de 79,0% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre basicamente de adiantamentos para projetos de extensão e melhoria das redes de distribuição de energia.

*Despesas pagas antecipadamente:* em 31 de dezembro de 2012, as despesas pagas antecipadamente atingiram R\$ 3,3 milhões, o que representa um aumento de 251,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente de adiantamentos para projetos de extensão e melhoria das redes de distribuição de energia.

*Despesas pagas antecipadamente:* em 31 de dezembro de 2011, as despesas pagas antecipadamente atingiram R\$ 1,0 milhão, o que representa um aumento de 112,5% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiram R\$ 0,4 milhão. Esta variação decorre basicamente de adiantamentos para projetos de extensão e melhoria das redes de distribuição de energia.

*Baixa Renda e outros créditos:* em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica atingiu R\$ 29,1 milhões, o que representa um aumento de 2,3% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre basicamente de valores a receber referentes à execução de projetos de extensão e melhoria das redes de distribuição.

*Baixa Renda e outros créditos:* em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica atingiu R\$ 25,3 milhões, o que representa uma redução de 31,7% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente da compensação com parcelas do passivo circulante na rubrica outras contas a pagar (R\$16,9 milhões).

*Baixa Renda e outros créditos:* em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica atingiu R\$ 37,1 milhões, o que representa um aumento de 69,3% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 21,9 milhões. O aumento decorre do incremento de valores a receber referentes à execução de projetos de extensão e melhoria das redes de distribuição.

## **ATIVO**

### **Não Circulante**

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2013 as aplicações no mercado aberto mantidas até o vencimento atingiu R\$ 7,9 milhões, o que representa uma redução de 16,4% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o circulante em função dos seus vencimentos.

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2012 as aplicações no mercado aberto mantidas até o vencimento atingiu R\$ 9,5 milhões, o que representa um aumento de 153,3% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o não circulante em função dos seus vencimentos.

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2011 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 3,7 milhões, contra R\$ 3,8 milhões em 1 de janeiro de 2011.

*Contas a receber da concessão:* em 31 de dezembro de 2013 esses ativos atingiram R\$ 182,9 milhões, o que representa um aumento de 40,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012. A variação decorre do nível de investimentos realizados pela Companhia e da remuneração dos ativos.

*Contas a receber da concessão:* Em 31 de dezembro de 2012 esses ativos atingiram R\$ 130,1 milhões, o que representa um aumento de 282,5% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Com o advento da Lei 12.783/2013, foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. O montante referente ao VNR reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 13,3 milhões, sendo um dos responsáveis pelo incremento nessa rubrica, bem como R\$ 37,6 milhões referentes a aplicação da Resolução Normativa nº 474 que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão. A variação restante está relacionada ao nível de investimentos realizados pela Companhia.

*Contas a receber da concessão: de acordo com a ICPC 01, as controladas reconheceram o ativo financeiro, referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro, como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão. Em 31 de dezembro de 2011 esses ativos atingiram R\$ 34,0 milhões, o que representa um aumento de 50,1% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 22,7 milhões. Esta variação está relacionada ao nível de investimentos realizados pela Companhia.*

## **PASSIVO**

### **Circulante**

*Empréstimos e Financiamentos: em 31 de dezembro de 2013, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 18,5 milhões, o que representa uma redução de 92,3% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento decorre, principalmente, da liquidação do empréstimo em moeda estrangeira, denominado Notes Units, no montante de R\$ 254,6 milhões, em 19 de julho de 2013.*

*Empréstimos e Financiamentos: em 31 de dezembro de 2012, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 240,0 milhões, o que representa um aumento de 419,5% em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento decorre, principalmente, da transferência do não circulante do empréstimo em moeda estrangeira de Notes Units no montante de R\$ 200,9 milhões, em função de seu vencimento.*

*Empréstimos e Financiamentos: em 31 de dezembro de 2011, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 46,2 milhões, o que representa um aumento de 43,2% em relação a 1 de janeiro de 2011, quando atingiram R\$ 32,3 milhões. O aumento decorre, principalmente, do registro do saldo de devolução LPT - Eletrobrás, no montante de R\$ 15,2 milhões no passivo circulante.*

*Debêntures: em 31 de dezembro de 2013, a conta Debêntures atingiu R\$ 61,1 milhões, contra R\$ 29,7 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação no saldo decorre basicamente da transferência do saldo das debêntures da 2ª emissão da Companhia para o circulante, em função do seu vencimento em dezembro de 2014.*

*Debêntures: em 31 de dezembro de 2012, a conta Debêntures atingiu R\$ 29,7 milhões, contra R\$ 1,5 milhão em 31 de dezembro de 2011. A variação no saldo decorre basicamente da recompra de 14.255 debêntures em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$ 14,3 milhões.*

*Debêntures: em 31 de dezembro de 2011, a conta Debêntures atingiu R\$ 1,5 milhão, contra R\$ 1,4 milhão em 31 de dezembro de 2010.*

## **PASSIVO**

### **Não Circulante**

*Empréstimos e Financiamentos: em 31 de dezembro de 2013, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 387,9 milhões, o que representa um aumento de 127,4% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento no saldo decorre, principalmente, da captação de recursos com prazo de vencimento mais longo, contabilizados no passivo não circulante.*

*Empréstimos e Financiamentos: em 31 de dezembro de 2012, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 170,6 milhões, o que representa uma redução de 44,6% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre, principalmente, da transferência de empréstimos de passivo não circulante para circulante.*

*Empréstimos e Financiamentos: em 31 de dezembro de 2011, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 308,0 milhões, contra R\$ 306,0 milhões em 1 de janeiro de 2011.*

*Debêntures: em 31 de dezembro de 2013, a conta Debêntures atingiu R\$ 60,0 milhões, o que representa uma redução de 41,5% em relação a 31 de dezembro de 2012. A redução no saldo*



decorre basicamente da transferência para circulante e resgate em função da recompra de 14.255 debêntures pelo montante R\$ 14,3 milhões.

*Debêntures:* Em 31 de dezembro de 2012, a conta Debêntures atingiu R\$ 102,6 milhões, o que representa uma redução de 25,7% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante e de resgate em função da recompra de debêntures.

*Debêntures:* Em 31 de dezembro de 2011, a conta Debêntures atingiu R\$ 138,1 milhões, contra R\$ 129,2 milhões em 1 de janeiro de 2011.

### Patrimônio Líquido

*Capital Social:* em 31 de dezembro de 2013, a conta Capital Social atingiu R\$ 345,8 milhões, o que representa um aumento de 29,6% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de lucros - incentivo fiscal.

*Capital Social:* em 31 de dezembro de 2012, a conta Capital Social atingiu R\$ 329,4 milhões, o que representa um aumento de 3,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de lucros - incentivo fiscal.

*Capital Social:* em 31 de dezembro de 2011, a conta Capital Social atingiu R\$ 319,2 milhões, o que representa um aumento de 2,6% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 311,1 milhões. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de retenção de lucros - incentivo fiscal.

### Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

#### Principais alterações nas contas de resultado

Os Diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado para os exercícios de 2012 e 2011, seguidos de sua análise sobre as principais variações ocorridas entre os períodos.

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
Receita operacional líquida	757.963	100,0	651.984	100,0	16,3
Custo do serviço de energia elétrica	(510.772)	(67,4)	(436.813)	(67,0)	16,9
Lucro bruto	247.191	32,6	215.171	33,0	14,9
Despesas com vendas	(23.661)	(3,1)	(24.344)	(3,7)	(2,8)
Despesas gerais e administrativas	(97.427)	(12,9)	(76.513)	(11,7)	27,3
Outras receitas	4.984	0,7	1.489	0,2	234,7
Outras despesas	(20.771)	(2,7)	(1.467)	(0,2)	1315,9
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>110.316</b>	<b>14,6</b>	<b>114.336</b>	<b>17,5</b>	<b>(3,5)</b>
Receita financeira	36.098	4,8	25.603	3,9	41,0
Despesa financeira	(70.453)	(9,3)	(76.264)	(11,7)	(7,6)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(34.355)	(4,5)	(50.661)	(7,8)	(32,2)
Lucro antes dos impostos	75.961	10,0	63.675	9,8	19,3
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(16.934)	(2,2)	(19.039)	(2,9)	(11,1)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	10.024	1,3	8.548	1,3	17,3
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>69.051</b>	<b>9,1</b>	<b>53.184</b>	<b>8,2</b>	<b>29,8</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$</b>	<b>353,19</b>		<b>272,03</b>		

## Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 758,0 milhões em 2012, contra R\$ 652,0 milhões em 2011, representando um aumento de 16,3% (R\$ 106,0 milhões). Este resultado decorre principalmente do aumento da receita de energia elétrica nos segmentos residencial e comercial, de R\$ 58,3 milhões (aumento de 17,1%) e R\$ 24,9 milhões (aumento de 12,7%), respectivamente.

Em 22 de abril de 2012, foi concedido reajuste nas tarifas da Energisa Sergipe, com efeito médio de 4,97% percebido pelos consumidores.

### Receita de venda de energia elétrica e serviços

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	2012	2011	Varição em R\$ milhões
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)</b>	<b>870,2</b>	<b>773,4</b>	<b>+ 96,8</b>
• Residencial	400,0	341,7	+ 58,3
• Industrial	106,1	108,6	- 2,5
• Comercial	221,7	196,8	+ 24,9
• Rural	22,8	18,1	+ 4,7
• Outras classes	119,6	108,2	+ 11,4
(+) Suprimento de energia elétrica	50,2	22,9	+ 27,3
(+) Disponibilização do sistema elétrico	55,0	48,3	+ 6,7
(+) Receitas de construção	78,1	70,5	+ 7,6
(+) Outras receitas	24,9	27,8	- 2,9
<b>(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada</b>	<b>1.078,4</b>	<b>942,9</b>	<b>+ 135,5</b>
(-) Impostos sobre receitas	(273,8)	(242,9)	- 30,9
(-) Encargos setoriais	(46,6)	(48,0)	+ 1,4
<b>(=) Total - Receita operacional líquida consolidada</b>	<b>758,0</b>	<b>652,0</b>	<b>+ 106,0</b>

## Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 510,8 milhões em 2012, contra R\$ 436,8 milhões em 2011, representando um aumento de 16,9% (R\$ 74,0 milhões). Este resultado se deve principalmente ao aumento de R\$ 66,1 milhões (22,4%) nas contas de energia elétrica comprada para revenda e nos encargos de uso do sistema de transmissão e de distribuição.

## Resultado Bruto

O resultado bruto em 2012 apresentou aumento de 14,9%, para R\$ 247,2 milhões, em consequência do aumento de R\$ 106,0 milhões da receita operacional líquida, aliado ao menor crescimento dos Custos dos Serviços de Energia Elétrica, que evoluíram R\$ 74,0 milhões no ano.

## Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas apresentaram redução de 2,8%, para R\$ 23,7 milhões. Já as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 27,3% (R\$ 20,9 milhões), para R\$ 97,4 milhões. Esse incremento decorre do aumento das despesas com pessoal e administradores,

que cresceram R\$ 13,7 milhões, bem como do avanço das despesas com serviço de terceiros, de R\$ 6,9 milhões.

### Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou uma redução de 3,5% em 2012, atingindo R\$ 110,3 milhões.

### Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2012 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 34,4 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 50,7 milhões em 2011, ou seja, 32,1% menor. Essa redução deve-se, principalmente, ao aumento das receitas no ano, que passaram de R\$ 25,6 milhões, em 2011, para R\$ 36,1 milhões, em 2012.

### Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos apresentou um aumento de 19,3% (R\$ 76,0 milhões) na comparação com o registrado em 2011.

### Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 69,1 milhões em 2012, frente aos R\$ 53,2 milhões registrados no ano anterior. Esse resultado representa um incremento de 29,9% (R\$ 15,9 milhões) no ano. O avanço do lucro líquido decorre, em parte, do aumento de R\$ 106,0 milhões (16,3%) na receita líquida no ano.

### Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 01 de janeiro de 2011

	2012	AV%	2011 (reclassificado)	AV%	AH%	1/1/2011 (reclassificado)	AV%	AH%
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalente de caixa	53.225	4,8	78.427	7,5	(32,1)	77.983	8,0	0,6
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	47.019	4,3	29.552	2,8	59,1	27.454	2,8	7,6
Consumidores e concessionárias	117.517	10,7	108.115	10,3	8,7	87.100	8,9	24,1
Títulos de créditos a receber	7.739	0,7	10.014	1,0	(22,7)	11.033	1,1	(9,2)
Estoques	2.382	0,2	2.536	0,2	(6,1)	1.947	0,2	30,3
Impostos a recuperar	26.866	2,4	24.154	2,3	11,2	22.203	2,3	8,8
Despesas pagas antecipadamente	3.343	0,3	952	0,1	251,2	448	0,0	112,5
Baixa renda e outros créditos	25.333	2,3	37.115	3,5	(31,7)	21.917	2,2	69,3
<b>Total do circulante</b>	<b>283.424</b>	<b>25,7</b>	<b>290.865</b>	<b>27,7</b>	<b>(2,6)</b>	<b>250.085</b>	<b>25,6</b>	<b>16,3</b>
<b>Não circulante</b>								
<b>Realizável a Longo Prazo</b>								
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	9.483	0,9	3.744	0,4	153,3	3.760	0,4	(0,4)
Consumidores e concessionárias	7.544	0,7	7.544	0,7	0,0	7.544	0,8	0,0
Títulos de créditos a receber	4.110	0,4	2.410	0,2	70,5	5.395	0,6	(55,3)
Impostos a recuperar	16.551	1,5	16.341	1,6	1,3	16.009	1,6	2,1
Créditos tributários	23.090	2,1	19.736	1,9	17,0	24.826	2,5	(20,5)
Depósitos e cauções vinculados	21.818	2,0	20.844	2,0	4,7	20.312	2,1	2,6
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-	350	0,0	-
Instrumentos financeiros derivativos	15.394	1,4	6.359	0,6	142,1	7.049	0,7	(9,8)
Contas a receber da concessão	130.146	11,8	34.021	3,2	282,5	22.673	2,3	50,1
Outros créditos	837	0,1	868	0,1	(3,6)	639	0,1	35,8
	<b>228.973</b>	<b>20,8</b>	<b>111.867</b>	<b>10,7</b>	<b>104,7</b>	<b>108.557</b>	<b>11,1</b>	<b>3,0</b>
Investimento	4.026	0,4	217	0,0	1.755,3	202	0,0	7,4
Intangível	581.125	52,7	647.122	61,6	(10,2)	618.752	63,3	4,6
Imobilizado	5.062	0,5	-	-	-	-	0,0	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>819.186</b>	<b>74,3</b>	<b>759.206</b>	<b>72,3</b>	<b>7,9</b>	<b>727.511</b>	<b>74,4</b>	<b>4,4</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.102.610</b>	<b>100,0</b>	<b>1.050.071</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>	<b>977.596</b>	<b>100,0</b>	<b>7,4</b>

	2012	AV%	2011 (reclassificado)	AV%	AH%	1/1/2011 (reclassificado)	AV%	AH%
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	63.031	5,7	47.620	4,5	32,4	42.748	4,4	11,4
Encargos de dívidas	13.913	1,3	12.516	1,2	11,2	10.493	1,1	19,3
Empréstimos e financiamentos	240.011	21,8	46.202	4,4	419,5	32.274	3,3	43,2
Debêntures	29.696	2,7	1.479	0,1	1.907,8	1.358	0,1	8,9
Tributos e contribuições sociais	35.376	3,2	29.290	2,8	20,8	24.557	2,5	19,3
Parcelamento de impostos	1.770	0,2	2.078	0,2	(14,8)	7.687	0,8	(73,0)
Dividendos	-	-	8.655	0,8	-	54	0,0	15.927,8
Obrigações estimadas	4.393	0,4	4.018	0,4	9,3	3.588	0,4	12,0
Encargos do consumidor a recolher	4.991	0,5	2.941	0,3	69,7	3.125	0,3	(5,9)
Outras contas a pagar	29.823	2,7	41.891	4,0	(28,8)	25.594	2,6	63,7
<b>Total do circulante</b>	<b>423.004</b>	<b>38,4</b>	<b>196.690</b>	<b>18,7</b>	<b>115,1</b>	<b>151.478</b>	<b>15,5</b>	<b>29,8</b>
<b>Não circulante</b>								
Fornecedores	1.963	0,2	1.810	0,2	8,5	1.621	0,2	11,7
Empréstimos e financiamentos	170.581	15,5	308.046	29,3	(44,6)	305.983	31,3	0,7
Debêntures	102.613	9,3	138.079	13,1	(25,7)	129.215	13,2	6,9
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	16.089	1,5	(100,0)	34.236	3,5	(53,0)
Tributos e contribuições sociais	8.227	0,7	1.327	0,1	520,0	1.494	0,2	(11,2)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	5.836	0,6	-	2.992	0,3	95,1
Parcelamento de impostos	5.753	0,5	7.029	0,7	(18,2)	2.562	0,3	174,4
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	20.547	1,9	20.229	1,9	1,6	22.306	2,3	(9,3)
Benefícios a empregados - plano de pensão	3.932	0,4	737	0,1	433,5	-	-	-
Outros	21	0,0	-	-	-	-	-	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>313.637</b>	<b>28,4</b>	<b>499.182</b>	<b>47,5</b>	<b>(37,2)</b>	<b>500.409</b>	<b>51,2</b>	<b>(0,2)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	329.370	29,9	319.239	30,4	3,2	311.068	31,8	2,6
Ações em tesouraria	(18)	(0,0)	(18)	(0,0)	0,0	(18)	(0,0)	0,0
Reservas de capital	3.348	0,3	3.348	0,3	0,0	3.348	0,3	0,0
Reservas de lucros	25.575	2,3	15.861	1,5	61,2	11.242	1,1	41,1
Dividendos adicionais propostos	7.694	0,7	15.769	1,5	(51,2)	69	0,0	22.753,6
	<b>365.969</b>	<b>33,2</b>	<b>354.199</b>	<b>33,7</b>	<b>3,3</b>	<b>325.709</b>	<b>33,3</b>	<b>8,7</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.102.610</b>	<b>100,0</b>	<b>1.050.071</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>	<b>977.596</b>	<b>100,0</b>	<b>7,4</b>

## ATIVO Circulante

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 47,0 milhões, o que representa um aumento de 59,1% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente da reclassificação dos fundos de investimentos de equivalentes de caixa para aplicações financeiras avaliadas a valor justo no ativo circulante.

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2011 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 29,6 milhões, o que representa um aumento de 7,6% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 27,5 milhões.

*Despesas pagas antecipadamente:* Em 31 de dezembro de 2012, as despesas pagas antecipadamente atingiram R\$ 3,3 milhões mil, o que representa um aumento de 251,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente de adiantamentos para projetos de extensão e melhoria das redes de distribuição de energia.

*Despesas pagas antecipadamente:* Em 31 de dezembro de 2011, as despesas pagas antecipadamente atingiram R\$ 1,0 milhão, o que representa um aumento de 112,5% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiram R\$ 0,4 milhão. Esta variação decorre basicamente de adiantamentos para projetos de extensão e melhoria das redes de distribuição de energia.

*Baixa Renda:* Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica atingiu R\$ 25,3 milhões, o que representa uma redução de 31,7% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente da compensação com parcelas do passivo circulante na rubrica outras contas a pagar (R\$16,9 milhões).

*Baixa Renda:* Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica atingiu R\$ 37,1 milhões, o que representa um aumento de 69,3% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 21,9 milhões. O aumento decorre do incremento de valores a receber referentes à execução de projetos de extensão e melhoria das redes de distribuição.

## **ATIVO**

### **Não Circulante**

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2012 as aplicações no mercado aberto mantidas até o vencimento atingiu R\$ 9,5 milhões, o que representa um aumento de 153,3% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o não circulante em função dos seus vencimentos.

*Aplicações financeiras:* em 31 de dezembro de 2011 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 3,7 milhões, contra R\$ 3,8 milhões em 1 de janeiro de 2011.

*Contas a receber da concessão:* Em 31 de dezembro de 2012 esses ativos atingiram R\$ 130,1 milhões, o que representa um aumento de 282,5% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Com o advento da Lei 12.783/2013, foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. O montante referente ao VNR reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 13,3 milhões, sendo um dos responsáveis pelo incremento nessa rubrica, bem como R\$ 37,6 milhões referentes a aplicação da Resolução Normativa nº 474 que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão. A variação restante está relacionada ao nível de investimentos realizados pela Companhia.

*Contas a receber da concessão: de acordo com a ICPC 01,* as controladas reconheceram o ativo financeiro, referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro, como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão. Em 31 de dezembro de 2011 esses ativos atingiram R\$ 34,0 milhões, o que representa um aumento de 50,1% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 22,7 milhões. Esta variação está relacionada ao nível de investimentos realizados pela Companhia.

## **PASSIVO**

### **Circulante**

*Empréstimos e Financiamentos:* Em 31 de dezembro de 2012, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 240,0 milhões, o que representa um aumento de 419,5% em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento decorre, principalmente, da transferência do não circulante do empréstimo em moeda estrangeira de Notes Units no montante de R\$ 200,9 milhões, em função de seu vencimento.

*Empréstimos e Financiamentos:* Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 46,2 milhões, o que representa um aumento de 43,2% em relação a 1 de janeiro de 2011, quando atingiram R\$ 32,3 milhões. O aumento decorre, principalmente, do registro do saldo de devolução LPT - Eletrobrás, no montante de R\$ 15,2 milhões no passivo circulante.

*Debêntures:* Em 31 de dezembro de 2012, a conta Debêntures atingiu R\$ 29,7 milhões, contra R\$ 1,5 milhão em 31 de dezembro de 2011. A variação no saldo decorre basicamente da recompra de 14.255 debêntures em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$ 14,3 milhões.

*Debêntures:* Em 31 de dezembro de 2011, a conta Debêntures atingiu R\$ 1,5 milhão, contra R\$ 1,4 milhão em 31 de dezembro de 2010.

## PASSIVO

### Não Circulante

*Empréstimos e Financiamentos:* Em 31 de dezembro de 2012, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 170,6 milhões, o que representa uma redução de 44,6% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre, principalmente, da transferência de empréstimos de passivo não circulante para circulante.

*Empréstimos e Financiamentos:* Em 31 de dezembro de 2011, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 308,0 milhões, contra R\$ 306,0 milhões em 1 de janeiro de 2011.

*Debêntures:* Em 31 de dezembro de 2012, a conta Debêntures atingiu R\$ 102,6 milhões, o que representa uma redução de 25,7% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre basicamente da transferência para circulante e resgate em função da recompra de 14.255 debêntures pelo montante R\$ 14,3 milhões.

*Debêntures:* Em 31 de dezembro de 2011, a conta Debêntures atingiu R\$ 138,1 milhões, contra R\$ 129,2 milhões em 1 de janeiro de 2011.

### Patrimônio Líquido

*Capital Social:* Em 31 de dezembro de 2012, a conta Capital Social atingiu R\$ 329,4 milhões, o que representa um aumento de 3,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de lucros - incentivo fiscal.

*Capital Social:* Em 31 de dezembro de 2011, a conta Capital Social atingiu R\$ 319,2 milhões, o que representa um aumento de 2,6% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 311,1 milhões. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de retenção de lucros - incentivo fiscal.

## 10.2 - a) Resultados das operações da Companhia

Em 2013, a Energisa Sergipe apresentou redução de 4,0% (R\$ 30,0 milhões) na receita operacional líquida em relação ao valor registrado no ano anterior, totalizando R\$ 728,0 milhões.

Em 2012, a Energisa Sergipe apresentou aumento de 16,3% (R\$ 106,0 milhões) na receita operacional líquida em relação ao valor registrado no ano anterior, totalizando R\$ 758,0 milhões.

Em 2011, a receita operacional líquida totalizou R\$ 652,0 milhões, um acréscimo de 14,7% (ou R\$ 83,5 milhões) em relação ao montante registrado no ano anterior.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 609,1 milhões em 2013, redução de 5,9% (ou R\$ 38,4 milhões) em relação a 2011. Em 2012, totalizaram R\$ 647,5 milhões (crescimento de 20,4%) e em 2011 atingiram R\$ 537,7 milhões (crescimento de 12,0%).

A Energisa Sergipe apresentou geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) de R\$ 176,9 milhões em 2013 (7,2% maior em relação a 2012), R\$ 165,0 milhões em 2012 (1,7% menor em relação a 2011) e R\$ 167,8 milhões em 2011 (19,7% maior em relação a 2010).

Descrição (Valores em R\$ milhões)	2013	2012	2011
(=) EBITDA	164,2	152,8	158,8
Margem EBITDA sem ajustes (%)	22,6	20,1	24,4
(+) Receitas de acréscimos moratórios	12,7	12,3	9,0
(=) EBITDA Ajustado	176,9	165,0	167,8
Margem EBITDA Ajustado (%)	24,3	21,8	25,7

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Não aplicável.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Não aplicável.

### **10.3 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável.

**a) Eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

### **10.4 - a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

#### **Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB**

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (b).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1° de janeiro de 2014.
- (b) 1° de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

#### **10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia**

Não aplicável

#### **10.6 - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras**

##### **a) Grau de eficiência dos controles**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

##### **b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os relatórios e os pareceres dos auditores independentes com relação às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 não apontam quaisquer deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos utilizados pela Energisa para elaboração das suas demonstrações contábeis.

#### **10.7 - a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não aplicável.

#### **b e c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável.

#### **10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

##### **a) Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço**

Não aplicável

##### **b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**



Não aplicável

**10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável

**10.10 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia**

**a) Investimentos**

Em 2013, a Energisa Sergipe realizou mais um intenso programa de investimentos nos seus sistemas de alta e média tensão, com foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados. Dentre os investimentos, que totalizaram R\$ 79,8 milhões no ano, destacam-se a conclusão da ampliação da potência instalada na capital, Aracaju, com a entrada em operação da nova subestação Serigy (2 x 20/25 MVA), além da construção de novas linhas de distribuição em alta tensão LDAT (69 kV).

A crescente disseminação de redes protegidas na média tensão, bem como a instalação de religadores automáticos e sinalizadores de falta foram investimentos que também merecem destaque e fundamentais para a melhoria da qualidade do serviço.

O Programa de Universalização do Uso da Energia Elétrica também se destaca no âmbito dos investimentos da Energisa Sergipe, posto que já atendeu, até o final de 2013, a aproximadamente 53 mil famílias residentes na zona rural, beneficiando cerca de 260 mil habitantes do campo. Os investimentos neste Programa - que é uma parceria entre os Governos Federal, Estadual e a Energisa Sergipe -, já montam, no período de 2004 a 2013, a R\$ 252,9 milhões, dos quais, aproximadamente R\$ 72 milhões foram assumidos pela Energisa Sergipe.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez / 2013	Dez / 2012	Acréscimo 2013/2012
Subestações - nº (*)	29	29	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	678	654	+ 24
Alimentadores - nº	149	137	+ 12
Postes de Rede de Distribuição- nº	342.971	339.449	+ 3.522
Linhas de transmissão - km	1.165	1.160	+ 5
Redes de distribuição (próprias) - km	26.089	25.662	+ 427
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	37.039	36.020	+ 1.019
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	711	680	+ 31

(\*) Apesar da entrada em operação da subestação Serigy em 2013, a quantidade de subestações da Companhia permaneceu inalterada, em razão da transferência dos ativos relacionados à subestação Estância para outra concessionária

Os recursos de financiamentos do BNDES são liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada investimento. Em dezembro de 2013, existia o valor de R\$ 22,7 milhões contratado e não liberado pelo BNDES.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável

**c) Novos produtos e serviços**

Não aplicável

**10.11 - outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

Aracaju, 25 de março de 2014.

**Ivan Müller Botelho**  
**Presidente do Conselho de Administração**